

FONTUNCERES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

FORTUNCERES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa- método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Fortunceres S.A.
Barretos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Fortunceres S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidado, da Fortunceres S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Comparabilidade de saldo

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram auditadas por nós ou por qualquer outro auditores independentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração da Companhia é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração da Companhia pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

FONTUNCERES S.A

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	469.306	10	471.370	10
Contas a receber de clientes	5	482.943	-	482.943	-
Estoques	6	221.513	-	222.748	-
Ativos biológicos	7	19.123	-	31.752	-
Tributos a recuperar	-	5.349	-	5.827	-
Total do ativo circulante		<u>1.198.234</u>	<u>10</u>	<u>1.214.640</u>	<u>10</u>
Não Circulante					
Outros recebíveis	-	65.839	-	65.839	-
Partes relacionadas	8	-	-	22.945	-
Investimentos	9	155.541	-	-	-
Imobilizado	10	2.380.934	-	2.527.668	-
Total do ativo não circulante		<u>2.602.314</u>	<u>-</u>	<u>2.616.452</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u>3.800.548</u>	<u>10</u>	<u>3.831.092</u>	<u>10</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Circulante					
Arrendamentos	10.1 (b)	2.193	-	2.193	-
Fornecedores	11	379.866	-	383.418	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	76.122	-	88.044	-
Outras contas a pagar	13	24.724	-	24.724	-
Total do passivo circulante		<u>482.905</u>	<u>-</u>	<u>498.379</u>	<u>-</u>
Não Circulante					
Arrendamentos	10.1 (b)	7.789	-	7.789	-
Partes relacionadas	8	-	-	15.070	-
Total do passivo não circulante		<u>7.789</u>	<u>-</u>	<u>22.859</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	15				
Capital social	15.a.	3.357.927	10	3.357.927	10
Prejuízos acumulados		(62.845)	-	(62.845)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		14.772	-	14.772	-
Total do patrimônio líquido		<u>3.309.854</u>	<u>10</u>	<u>3.309.854</u>	<u>10</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>3.800.548</u></u>	<u><u>10</u></u>	<u><u>3.831.092</u></u>	<u><u>10</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora			
		31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Receita operacional líquida	16	691.569	-	714.859	-
Custo dos produtos vendidos	-	(711.461)	-	(734.441)	-
Prejuízo bruto		(19.892)	-	(19.582)	-
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas vendas	17	(16.039)	-	(16.051)	-
Despesas administrativas e gerais	17	(21.509)	-	(29.296)	-
Outras receitas operacionais	17	40	-	40	-
Resultado de equivalência patrimonial		(6.452)	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		(63.852)	-	(64.889)	-
Despesas financeiras	18	(760)	-	(760)	-
Receitas financeiras	18	1.703	-	3.277	-
Variação cambial/monetária líquida	18	64	-	64	-
Correção monetária	18	-	-	(537)	-
Resultado financeiro líquido		1.007	-	2.044	-
Prejuízo antes dos impostos		(62.845)	-	(62.845)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(62.845)	-	(62.845)	-
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(62.845)	-	(62.845)	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(62.845)	-	(62.845)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(62.845)	-	(62.845)	-
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:				
Ajuste de avaliação patrimonial	14.772	-	14.772	-
Resultado abrangente total, líquido de impostos	(48.073)	-	(48.073)	-
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(48.073)	-	(48.073)	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(48.073)	-	(48.073)	-

A As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas - Controladora e consolidado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024 (não auditado)	10	-	-	10
Prejuízo do exercício	-	-	(62.845)	(62.845)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	14.772	-	14.772
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	10	14.772	(62.845)	(48.063)
Aumento capital social	3.357.917	-	-	3.357.917
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>3.357.927</u>	<u>14.772</u>	<u>(62.845)</u>	<u>3.309.854</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas - Controladora e consolidado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1° de janeiro de 2023 (não auditado)	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-
Aumento capital social	10	-	-	10
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	10	-	-	10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FONTUNCERES S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - Método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controlada		31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
		31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)		
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício	DRE	(62.845)	-	(62.845)	-
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	13 e 14	31.341	-	33.488	-
Juros sobre arrendamento		126	-	126	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	6.452	-	-	-
Correção monetária	25	-	-	537	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(554.131)	-	(554.609)	-
Estoques		(221.513)	-	(222.748)	-
Tributos a recuperar		(19.123)	-	(31.752)	-
Fornecedores		379.866	-	383.418	-
Obrigações trabalhistas e tributárias		76.122	-	88.044	-
Outras contas a pagar		24.724	-	24.724	-
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades operacionais		<u>(338.981)</u>	-	<u>(341.617)</u>	-
Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento					
Aquisição de investimentos	12	(151.092)	-	(151.092)	-
Aquisição de imobilizado, líquido	13	(13.936)	-	(13.936)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		<u>(165.028)</u>	-	<u>(165.028)</u>	-
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento					
Arrendamentos		(238)	-	(238)	-
Partes relacionadas		-	-	(7.875)	-
Integralização do capital em dinheiro		947.221	10	947.221	10
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>946.983</u>	<u>10</u>	<u>939.108</u>	<u>10</u>
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		26.322	-	38.897	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		<u>469.296</u>	<u>10</u>	<u>471.360</u>	<u>10</u>
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	5	10	-	10	-
No final do exercício	5	469.306	10	471.370	10
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		<u>469.296</u>	<u>10</u>	<u>471.360</u>	<u>10</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

A Fortunceres S.A. (“Companhia”) é uma Companhia de capital fechado, e tem como as principais atividades da Companhia incluem o abate e processamento de carnes; comercialização de carnes in natura resfriadas, congeladas e processadas, e exportação de gado vivo.

Controladora

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 2023, tendo sido adquirida pela Minerva S.A. através do contrato de compra e venda e outras avenças entre a Minerva S.A. e a Marfrig Global Foods S.A em 28 de outubro de 2024 e tem sua sede social localizada na Av. Antônio Manso Bernardes, nº 1.000, sala 01-Bairro Oriente, Barretos (SP), com unidades de produção nacional localizadas em Tangará da Serra (MT) Alegrete (RS), São Gabriel (RS) Bagé (RS) Porto Murtinho (MS) Pontes Lacerda (MT) Pirenópolis (GO), Mineiros (GO), Chupinguaia (RO) Bataguassu (MS) Tucumã (PA) e tendo como controlada no exterior a planta da Mercobeeff S.A situada em Vila Mercedes na Argentina. Todas as plantas estão em conformidade com os requisitos sanitários para exportar para diversos países nos 5 continentes.

Em 31 de dezembro de 2024, o parque industrial (consolidado) de bovinos da Companhia tinha uma capacidade diária de abate e desossa de 10.849 cabeças/dia levando em consideração a controlada no exterior da planta da Mercobeeff S.A situada em Vila Mercedes na Argentina.

Empresas controladas diretas

Controladas diretas localizadas no Brasil

- Mercobeeff S.A.: localizada em Villa Mercedes, San Luis, na Argentina a subsidiária foi adquirida em outubro de 2024, tendo como principais atividades o abate e processamento de carnes; comercialização de carnes in natura resfriadas, congeladas e processadas sendo a mesma controlada pela Fortunceres S.A.

A controlada direta acima citada compõem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A participação da controlada, diretamente, está sendo apresentada na tabela a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Controladas diretas Mercobeeff S.A.	100,00%	-

Economia hiperinflacionária - Argentina

Em 30 de junho de 2018, de acordo com a avaliação realizada por diferentes participantes do mercado, a economia argentina foi considerada como hiperinflacionária desde 1º de julho de 2018, com resultado da desvalorização do peso argentino e do incremento do nível geral de preços observado em exercícios recentes. A inflação acumulada nos últimos três anos superou a marca de 100%.

De acordo com o IAS 29 (CPC 42), os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado das subsidiárias que atuam em uma economia altamente inflacionária devem ser corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. Os reflexos deste impacto inflacionário decorrem de nossas controladas localizadas na Argentina e têm sido apurados de forma consistente em nossas demonstrações contábeis individuais e consolidadas desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em consonância com os requerimentos da Norma Contábeis NBC TG 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária e ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42 (NBC TG 42).

Conflito geopolítico

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e continua envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação advindas de certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, na avaliação da Administração da Companhia, não impactaram as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e as normas do CPC)

As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de abril de 2025.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações reconhecidas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera.

Ao definir a moeda funcional de cada uma de sua controlada a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Todas As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

c) Operações no exterior

A empresa controlada direta no exterior adotou a seguinte moeda funcional para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024:

- Moeda Dólar norte americano (US\$) - Mercobeeff S.A.;

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quando aplicável, estão adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão convertidas para Reais - R\$ por meio dos seguintes procedimentos:

- Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real - R\$, na data dos respectivos balanços patrimoniais;
- No último balanço patrimonial levantado correspondente ao Patrimônio Líquido (PL) convertido à taxa do câmbio histórica vigente naquela época e as mutações do PL do exercício corrente são convertidas pelas taxas de câmbio históricas das datas em que ocorreram as transações, notando que o lucro ou prejuízo auferido é convertido e acumulado a uma taxa de câmbio média mensal histórica como indicado no tópico seguinte;
- As receitas, custos e despesas do exercício corrente são convertidos e acumulados a uma taxa de câmbio média mensal histórica;
- As variações dos saldos de câmbio decorrentes dos itens precedentes citados acima são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de "Outros resultados abrangentes".

Estão eliminados os saldos de investimentos, de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as Empresas do "Grupo Minerva" que compõem as demonstrações contábeis consolidadas.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional estabelecida, são convertidas pela taxa de câmbio histórica das datas de cada transação, conforme determinado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada exercício apresentado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de "outros resultados abrangentes" e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. Os itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

e) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e julgamentos materiais são: Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas de crédito esperada; Imposto de renda e contribuição social diferidos; Revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado; Análise da recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis; Ajuste a valor justo dos ativos biológicos; Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; e Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

f) Base de consolidação

Combinações de negócio

Aquisições efetuadas a partir 1º de janeiro de 2009

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensurou o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Empresa adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido dos ativos identificáveis e passivos assumidos a valor justo, todos mensurados na data de aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia define se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e sua controlada incorrem com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas do "Grupo", e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados não são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

g) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e sua controlada.

h) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão registrados de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias:

- i) Ativos mensurados ao custo de amortização;
- ii) Valor justo por meio do resultado; ou
- iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- Custo amortizado: os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as condições forem atendidas: i) os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia reconhecerá suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

- Valor justo por meio do resultado: os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* juntamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado;
- Valor justo por meio do resultado abrangente: os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas a juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". Na renúncia do reconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; ou ii) instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo.

Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- Desreconhecimento de ativos financeiros: os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a entidade detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- Passivo financeiro ao custo amortizado: a Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, debêntures e fornecedores;
- Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado: os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado, são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado; e
- Desreconhecimento de passivos financeiros: os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

A Companhia também renuncia o reconhecimento de um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e as suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxa de juros e cupom cambial ou índice de atualização monetário. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e sua controlada, resumem-se em contratos futuros de boi, opções sobre contratos de boi, compra a termo de moeda (*Non Deliverable Forward* - NDF) e SWAP, que visam exclusivamente minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado e a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

Instrumentos financeiros e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, sendo essas variações lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não adotou por sua opção a política de contabilização pelo método do *hedge accounting*. Esse método de contabilização é opcional e, portanto, não é obrigatório.

i) Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

São constituídas Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

k) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas no momento do reconhecimento inicial e no final de cada exercício. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos.

As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto e de cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to Market - MtM*".

l) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei nº 11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (*Deemed Cost*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de sua controlada, originados de operações de arrendamento, são registrados como um direito de uso reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de arrendamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou prazo de arrendamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Edifícios	4,74% a.a.	4,74% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.	10% a.a.
Veículos	20% a.a.	20% a.a.
Hardware	20% a.a.	20% a.a.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos no mínimo a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

m) Arrendamentos

Os contratos são considerados como arrendamentos quando atenderem cumulativamente as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor;
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado antes do início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

n) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução a seu valor recuperável.

Ágio decorrente de aquisição de controlada

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "Ágio", no consolidado.

o) Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment test*")

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada avaliam anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável quando houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e verificando-se que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

p) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de sua controlada, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e sua controlada consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e sua controlada, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 10,1% ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e sua controlada, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão.

Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia e sua controlada são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

Os cálculos e análises são revisados trimestralmente.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da Companhia e sua controlada localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

t) Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos dos respectivos pronunciamentos contábeis.

u) Reconhecimento da receita de vendas

As receitas da Companhia e sua controlada derivam essencialmente da venda de produtos, que são reconhecidas quando a obrigação de desempenho é atendida. As receitas reconhecidas tanto no mercado interno como no mercado externo, estão sujeitas a avaliações e julgamentos pela Administração da Companhia e de sua controlada na determinação do seu reconhecimento contábil.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre as vendas. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor da contrapartida à qual a Companhia e sua controlada esperam ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Companhia e sua controlada satisfaçam sua obrigação de desempenho. A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 16.

v) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

w) Informações por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

x) Novas normas, alterações e interpretações:

As emissões/alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

- Alteração da Norma IAS 21 - Falta de conversibilidade: esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
- Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às IFRS 9 e IFRS 7): esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil de desreconhecimento passivos financeiros, classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios que se iniciam em /ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta alteração nas normas;

- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7: Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- Emissão da Norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;
- Emissão da Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações: esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Melhorias anuais nas normas IFRS: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; e

- Alteração da norma IAS 12 - Imposto de renda: esclarece aspectos relacionados ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados as regras do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024 para Espanha, Hungria e Canadá. O Brasil iniciou a adoção das regras de Pilar Dois através da criação de Adicional de CSLL a ser calculado com base no universo das empresas brasileiras (QDMTT) através da publicação da lei 15.079/23 aplicável a partir do ano calendário 2025. É fato que em todos os países nos quais a Companhia possui atividades industriais e comerciais relevantes, as entidades controladas são tributadas por alíquotas nominais de tributos sobre o lucro superiores a 15%, inclusive no Brasil. No mais, não há expectativa para os anos seguintes, de que ocorram alterações legislativas ou transações extraordinárias que resultem em alíquotas efetivas de tributos sobre o lucro inferiores a 15% nas geografias nas quais a companhia desempenha atividades industriais e comerciais relevantes. Assim, a Companhia não tem expectativa de exposição significativa a efeitos de Pilar Dois em nenhuma das jurisdições nas quais mantém operação, e conseqüentemente, não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis referente a entrada em vigência desta alteração de norma."

y) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e sua controlada, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada encontram-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	474	10	2.538	10
Total				

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Certificado Depósito Bancário (CDB)	2.796	-	2.796	-
Debêntures	466.036	-	466.036	-
Total	468.832	-	468.832	-
Total	469.306	10	471.370	10

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram classificadas conforme suas características e sua intenção, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que correspondem ao nível 2 da hierarquia do valor justo e estão demonstradas resumidamente como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nível 2 da Hierarquia do valor justo)	468.832	-	468.832	-
Total	468.832	-	468.832	-

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a receber - mercado interno	160.347	-	160.347	-
Duplicatas a receber - mercado externo	4.812	-	4.812	-
Duplicatas a receber - partes relacionadas	317.784	-	317.784	-
Total	482.943	-	482.943	-
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Total	482.943	-	482.943	-

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	473.812	-	473.812	-
Vencidas				
Até 30 dias	9.131	-	9.131	-
Total	482.943	-	482.943	-

As perdas esperadas são estimadas com base em análises históricas e situação atual dos clientes. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como suas reversões, são registradas na demonstração do resultado na Rubrica "Despesas com vendas". Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia perdas esperadas registradas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	186.969	-	186.969	-
Almoxarifados e materiais secundários	34.544	-	35.779	-
Total	<u>221.513</u>	<u>-</u>	<u>222.748</u>	<u>-</u>

Não há produtos acabados cujo valor de mercado seja inferior ao custo e a Companhia não possui estoques dados em garantia.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Programa de Integração Social (PIS)	2.933	-	2.933	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	13.511	-	13.511	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.558	-	2.558	-
IRPJ e CSLL	121	-	121	-
IVA	-	-	12.280	-
Outros tributos a recuperar	-	-	349	-
Total	<u>19.123</u>	<u>-</u>	<u>31.752</u>	<u>-</u>
Circulante	19.123	-	31.752	-
Não circulante	-	-	-	-

PIS e a COFINS

Os créditos do PIS e da COFINS são provenientes da alteração da legislação tributária, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, que instituíram a não cumulatividade para esses tributos, gerando crédito para empresas exportadoras.

Em 30 de maio de 2018, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu a Lei nº 13.670, que permitiu a compensação desses créditos para pagamento de débitos previdenciários, reduzindo assim, significativamente o acúmulo dos créditos.

Atualmente, a Companhia encontra-se em processo de fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) de grande parte dos pedidos de ressarcimento destes créditos, o que deve ocorrer à partir do ano de 2025.

ICMS

Os créditos de ICMS são ocasionados pelo fato de as exportações da Companhia atingirem valores superiores às vendas no mercado interno, gerando créditos que, depois de homologados pela Secretária da Fazenda Estadual, são utilizados para compra de insumos para produção, podendo também serem vendidos a terceiros, conforme previsto na Legislação vigente.

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas em condições de mercado estão sumarizadas em tabelas demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mútuos a receber		
Swift S.A. (a)	22.945	-
Total	22.945	-

(a) Empréstimo efetuado à Swift S.A., a ser reembolsado;

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mútuos a pagar		
Swift S.A. (a)	15.070	-
Total	15.070	-

(a) Empréstimo efetuado pela Swift S.A. à Mercobeef S.A.;

A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações de repasse de caixa, como parte do plano de negócios do Grupo Minerva, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

Os demais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar - Fornecedores				
Minerva S.A.	19.878	-	19.878	-
Total	19.878	-	19.878	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes				
Minerva S.A.	317.784	-	317.784	-
Total	317.784	-	317.784	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de vendas				
Minerva S.A.	127.289	-	127.289	-
Total	127.289	-	127.289	-
Compras				
Minerva S.A.	19.064	-	19.064	-
Total	19.064	-	19.064	-

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram registradas quaisquer provisões para perdas esperadas com créditos, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

A movimentação dos investimentos da Minerva S.A. em controladas está demonstrada a seguir:

	Participação Percentual	Saldos em 31/12/2023	Ajuste de conversão	Aquisição de Investimento	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2024
Mercobeeff S.A. Investimentos	100,00%	-	10.901	151.092	(6.452)	155.541
		-	10.901	151.092	(6.452)	155.541
Investimentos líquidos		-	10.901	151.092	(6.452)	155.541

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas (Vide Nota Explicativa nº 1):

Sumário das demonstrações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2024:

	Participação percentual	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Mercobeeff S.A.	100,00%	16.406	169.679	15.474	15.070	155.541
Total		16.406	169.679	15.474	15.070	155.541

A seguir, apresentamos o resultado da controlada que teve movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício
Mercobeeff S.A.	23.290	(6.452)	-	-
Total	23.290	(6.452)	-	-

Todos os valores estão expressos a 100% dos resultados das controladas.

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

a) Composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023*

Controladora

	% - Taxa média ponderada de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2024 Líquido	31/12/2023 Líquido
Edifícios	4,00%	2.053.967	(7.059)	2.046.908	-
Máquinas e equipamentos	10,00%	268.385	(23.813)	244.572	-
Móveis e utensílios	10,00%	10.975	(183)	10.792	-
Veículos	20,00%	437	(14)	423	-
Hardware	20,00%	8.513	(71)	8.442	-
Terrenos		28.906	-	28.906	-
Imobilizações em andamento		30.998	-	30.998	-
Total		2.402.181	(31.140)	-	-

Consolidado

	% - Taxa média ponderada de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2024 Líquido	31/12/2023 Líquido
Edifícios	4,74%	2.242.582	(142.207)	2.100.375	-
Máquinas e equipamentos	10,00%	426.020	(100.182)	325.838	-
Móveis e utensílios	10,00%	13.205	(498)	12.707	-
Veículos	20,00%	1.845	(1.422)	423	-
Hardware	20,00%	8.513	(71)	8.442	-
Terrenos		38.992	-	38.992	-
Imobilizações em andamento		30.998	-	30.998	-
Total			(244.380)	2.517.775	-

(*) O ativo imobilizado deve ser considerado somando o valor do ativo de direito de uso na Nota 10.1.(a).

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação sumária do imobilizado no exercício de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Controladora

	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Obras em andamento	Total
Saldo 1º de janeiro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	3.842	3.842
Adições por capitalização	2.053.967	268.385	10.975	437	8.513	28.906	27.156	2.398.339
Depreciação	(7.059)	(23.813)	(183)	(14)	(71)	-	-	(31.140)
Saldos 31 de dezembro de 2024	<u>2.046.908</u>	<u>244.572</u>	<u>10.792</u>	<u>423</u>	<u>8.442</u>	<u>28.906</u>	<u>30.999</u>	<u>2.371.041</u>

Consolidado

	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e Utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Obras em andamento	Total
Saldo 1º de janeiro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	3.842	3.842
Adições por capitalização	2.053.967	268.385	10.975	437	8.513	28.906	164.814	2.535.997
Transferências	53.726	82.650	844	317	-	9.994	(147.531)	-
Depreciação	(7.759)	(24.674)	(183)	(600)	(71)	-	-	(33.287)
Ajuste de conversão	441	(523)	1.071	269	-	92	9.874	11.223
Saldos 31 de dezembro de 2024	<u>2.100.375</u>	<u>325.838</u>	<u>12.707</u>	<u>423</u>	<u>8.442</u>	<u>38.992</u>	<u>30.998</u>	<u>2.517.775</u>

c) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de obras e instalações em andamento correspondem aos seguintes principais projetos: ampliação do estoque da graxaria para atender aos mercados mais rentáveis, aplicação de tecnologia em produtos, visando melhoria e eficiência, além de atendimento às normas regulamentadoras (NRs), segurança do trabalho, automação no sistema de pesagem automática e benfeitorias nas plantas frigoríficas.

d) Provisão para o valor recuperável de ativos

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia e sua controlada avaliam a recuperabilidade de seus ativos.

10.1. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia e sua controlada adotaram inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento operacional e financeiro. Esta norma substituiu as normas de arrendamento existentes à época, incluindo o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Operações de Arrendamento o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento.

O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

A Administração da Companhia e sua controlada avaliaram os impactos da nova norma e optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos exercícios comparativos.

Os seguintes critérios foram adotados no reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes;
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Companhia e sua controlada na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

- (i) Contratos cujo prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento;
- (ii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, apresentamos a tabela com o resumo dos impactos na transição e movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

a) Direito de uso em arrendamento:

Controladora

	Edifícios	Máq. e equipam.	Veículos	Hardware	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-
Adições	10.094	-	-	-	-	10.094
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(201)	-	-	-	-	(201)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>9.893</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.893</u>

Consolidado

	Edifícios	Máq. e equipam.	Veículos	Hardware	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-
Adições	10.094	-	-	-	-	10.094
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(201)	-	-	-	-	(201)
Ajuste de conversão	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>9.893</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.893</u>

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Passivo de arrendamento

Controladora

	Edifícios	Terrenos	Veículos	Hardware	Máq. e equipam.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-
Adição	10.094	-	-	-	-	10.094
Baixas	-	-	-	-	-	-
Juros apropriados no exercício (resultado)	126	-	-	-	-	126
Baixa por pagamento	(238)	-	-	-	-	(238)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.982	-	-	-	-	9.982
Passivo circulante	2.193	-	-	-	-	2.193
Passivo não circulante	7.789	-	-	-	-	7.789
Total do passivo	9.982	-	-	-	-	9.982

Consolidado

	Edifícios	Terrenos	Veículos	Hardware	Máq. e equipam.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-
Adição	10.094	-	-	-	-	10.094
Baixas	-	-	-	-	-	-
Juros apropriados no exercício (resultado)	126	-	-	-	-	126
Baixa por pagamento	(238)	-	-	-	-	(238)
Ajuste de Conversão	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.982	-	-	-	-	9.982
Passivo circulante	2.193	-	-	-	-	2.193
Passivo não circulante	7.789	-	-	-	-	7.789
Total do passivo	9.982	-	-	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e sua controlada registram a amortização de seus softwares, de acordo com o exercício determinado contratualmente pela “licença de uso”, quando adquirido de terceiros ou, pelo prazo de utilização estimado pela Companhia e sua controlada, para os softwares desenvolvidos internamente. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa média ponderada de amortização é de 20%.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), no mínimo anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Como resultado do teste de *impairment*, realizado em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas perdas para as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da Companhia.

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Nacionais	359.988	-	363.540	-
Estrangeiros	-	-	-	-
Partes relacionadas	19.878	-	19.878	-
Total	379.866	-	383.418	-

Fornecedores por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	379.866	-	383.418	-
Vencidas:				
Total	379.866	-	383.418	-

12. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas				
Salários e <i>pró-labore</i>	10.531	-	13.070	-
Encargos sociais - FGTS e INSS (empregados e terceiros)	11.674	-	15.738	-
Provisão de férias/13 ^o e encargos	38.867	-	44.157	-
Outros proventos e encargos	2.959	-	2.959	-
Total trabalhista	64.031	-	75.924	-
Tributárias				
ICMS a recolher	5.849	-	5.849	-
Funrural a recolher	1.977	-	1.977	-
Outros tributos e taxas	4.265	-	4.294	-
Total tributárias	12.091	-	12.120	-
Total geral	76.122	-	88.044	-
Circulante	76.122	-	88.044	-
Não circulante	-	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos recebidos (a)	8.231	-	8.231	-
Outras provisões operacionais	16.493	-	16.493	-
Total	<u>24.724</u>	<u>-</u>	<u>24.724</u>	<u>-</u>
Circulante	24.724		24.724	
Não circulante				

(a) Valores recebidos antecipadamente de clientes da Companhia de acordo com a política de crédito definida pela Administração;

14. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - Tributos correntes

a) Corrente - a pagar

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

b) Reconciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos	(62.845)	-	(62.845)	-
Adições				
Diferenças permanentes	6.811	-	6.811	-
Exclusões				
Diferenças permanentes	(238)	-	(238)	-
Base de cálculo dos tributos	(56.272)	-	(56.272)	-
Compensações				
Base de cálculo após prejuízo a compensar	(56.272)	-	(56.272)	-
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda a pagar	-	-	-	-
CSLL a pagar	-	-	-	-
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva (%)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Com base em estudos e projeções efetuados para os exercícios seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da Administração da Companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de dez anos.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não sejam tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Em dezembro de 2024 foi publicada a Lei nº 15.079, que institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no processo de adaptação da legislação brasileira às regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária - Regras GloBE. A referida legislação entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. Até a presente data, a Companhia vem estudando a nova legislação e espera não ser materialmente afetada por essas regras.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, está representado pelo montante de R\$ 3.357.927 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2023), representados por 3.357.927.188 (10.000 ações em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravame.

b. Prejuízos acumulados

Este prejuízo acumulado foi constituído à base do saldo remanescente do prejuízo líquido advindo do resultado do exercício.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme CPC 02 (R2)/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, é registrado basicamente a variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 (R1)/IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, por força da vigência do CPC 02 (R2) antes da data de adoção inicial, os optantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de resultados.

16. Receita operacional líquida

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de venda de produtos - mercado interno	497.360	-	520.650	-
Receita de venda de produtos - mercado externo	254.009	-	254.009	-
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(59.800)	-	(59.800)	-
Receita operacional líquida	<u>691.569</u>	<u>-</u>	<u>714.859</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Classificados como:				
Despesas com vendas	(16.039)	-	(16.051)	-
Despesas gerais e administrativas	(21.509)	-	(29.296)	-
Outras receitas operacionais	40	-	40	-
Total	<u>(37.508)</u>	<u>-</u>	<u>(45.307)</u>	<u>-</u>
Despesas por natureza:				
Despesas variáveis de venda	(15.804)	-	(15.816)	-
Despesas gerais administrativas e comerciais	(4.265)	-	(7.972)	-
Despesas pessoais administrativas e comerciais	(13.855)	-	(15.788)	-
Despesas com depreciação e amortização	(3.624)	-	(5.771)	-
Outras receitas e despesas operacionais	40	-	40	-
Total	<u>(37.508)</u>	<u>-</u>	<u>(45.307)</u>	<u>-</u>

18. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	1.703	-	3.277	-
Total	<u>1.703</u>	<u>-</u>	<u>3.277</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos	-	-	-	-
Outras despesas/receitas financeiras	(760)	-	(760)	-
Total	<u>(760)</u>	<u>-</u>	<u>(760)</u>	<u>-</u>
Variação cambial líquida	64	-	64	-
Correção monetária de balanço (i)	-	-	(537)	-
Resultado financeiro líquido	<u>1.007</u>	<u>-</u>	<u>2.044</u>	<u>-</u>

- (i) Refere-se a atualização monetária de economia hiperinflacionária, no caso, a Argentina, e conforme norma contábil, os ganhos e perdas na posição monetária líquida dever ser incluídos no resultado e divulgados separadamente.

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber e contas a pagar.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência desses, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está sujeita aos fatores de:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de suas operações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

Riscos de preços na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão desse risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas e confinamento de gado, que garantam a realização de seus estoques em um determinado patamar de preços.

20. Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 podem ser assim demonstradas:

FORTUNCERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Edifícios	Incêndio e riscos diversos	858.665
Instalações e equipamentos	Incêndio e riscos diversos	<u>267.619</u>
Total		<u><u>1.126.284</u></u>

A Companhia e sua controlada mantêm cobertura para todos os produtos transportados no País e no exterior. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

A Companhia possui seguro patrimonial de edifícios para todas as fábricas e centros de distribuição.

* * *